

OS DESAFIOS PARA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SAPEAÇU-BA

THE CHALLENGES FOR CONTINUING RURAL ACTIVITIES IN FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF SAPEAÇU-BA

LOS DESAFÍOS PARA LA CONTINUIDAD DE LAS ACTIVIDADES RURALES EN LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL MUNICIPIO DE SAPEAÇU-BA

Sara Nascimento Conceição¹

Elba Medeiros Punski dos Santos²

Este artigo tem o objetivo de analisar as atividades socioeconômicas dos agricultores familiares de Sapeaçu/BA, realizadas no campo e fora dele, apontando como os diferentes setores produtivos, agrícolas e não agrícolas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do município. Tem como foco os agricultores familiares que diversificam suas fontes de renda por meio da combinação de atividades em diferentes setores, inserindo-se em espaços produtivos mais amplos. A metodologia inclui revisão bibliográfica, levantamento de dados sobre a produção agrícola, análise de políticas públicas específicas para o setor, uso de dados socioeconômicos institucionais e entrevistas com pessoas afins. Como o crescimento urbano e a concentração de serviços nas cidades tornam o meio urbano mais atrativo, desestimulando a permanência no campo, destacou-se a importância do acesso à informação e aos programas de incentivo para que os agricultores consigam diversificar suas fontes de renda. Dessa forma, é possível reduzir o êxodo rural, fortalecer a produção agrícola e equilibrar a economia local, garantindo melhores condições de vida para a população rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Dinâmicas produtivas; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This article aims to analyze the socioeconomic activities of family farmers in Sapeaçu/BA, carried out in the field and outside it, pointing out how the different productive, agricultural and non-agricultural sectors contribute to the socioeconomic development of the municipality. It focuses on family farmers who diversify their sources of income by combining activities in different sectors, integrating themselves into broader productive spaces. The methodology includes bibliographic review, data collection on agricultural production, analysis of specific public policies for the sector, use of institutional socioeconomic data and interviews with like-minded people. As urban growth and the concentration of services in cities make the urban environment more attractive, discouraging staying in the countryside, the importance of access to information and incentive programs was highlighted so that farmers can diversify their sources of income. In this way, it is possible to reduce rural exodus, strengthen agricultural production and balance the local economy, ensuring better living conditions for the rural population.

Keywords: Family farming; Productive dynamics; Rural development.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las actividades socioeconómicas de los agricultores familiares de Sapeaçu/BA, realizadas en el campo y fuera de él, señalando cómo los diferentes sectores productivos, agrícolas y no agrícolas contribuyen al desarrollo socioeconómico del municipio. Se centra en agricultores familiares que diversifican sus fuentes de ingresos combinando actividades en diferentes sectores, integrándose a espacios productivos más amplios. La metodología incluye revisión bibliográfica, recolección de datos sobre producción agrícola, análisis de políticas públicas específicas para el sector, uso de datos socioeconómicos institucionales y entrevistas con personas afines. A medida que el crecimiento urbano y la concentración de servicios en las ciudades hacen más atractivo el entorno urbano, desalentando la permanencia en el campo, se destacó la importancia del acceso a la información y a programas de incentivos para que los agricultores puedan diversificar sus fuentes de ingresos. De esta manera, es posible reducir el éxodo rural, fortalecer la producción agrícola y equilibrar la economía local, asegurando mejores condiciones de vida para la población rural.

Palabras clave: Agricultura familiar; Dinámica productiva; Desarrollo rural.

¹Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Formanda da Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial (PGGDT/UNEB).saraccb362@outlook.com.

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Professora Adjunta de Geografia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). empsantos@uneb.br

INTRODUÇÃO

É perceptível que o aumento da circulação de informação, através das mídias sociais, e algumas facilidades no desempenho de funções, tornam algumas atividades mais atrativas que outras. As pessoas estão cada vez mais preocupadas em se inserir de forma mais “qualificada” na sociedade, para conseguir melhor emprego, salário, status e condições financeiras, a fim de obter melhores condições de vida.

Observa-se que, atualmente, a possibilidade de obtenção de renda, a partir das atividades no campo, se diversificou. Desde os pequenos até os grandes produtores, com o passar do tempo, foram criando estratégias para o desenvolvimento das atividades na área rural, porém nem todos têm acesso ou conhecimento sobre essas atividades.

Historicamente, o espaço rural dispõe das atividades como agricultura, silvicultura, pecuária, extrativismo, dentre outros. A substituição da mão de obra por máquinas foi um fator que ocasionou a migração interna, mas os que ficaram no campo e aprenderam a lidar com essa tecnologia a seu favor, renovaram as suas práticas no espaço rural e vêm obtendo um bom desempenho.

Moura et al (2024) e Anjos (2021) discutem que o êxodo rural, ocasionado nas décadas de 1960-1990, possibilitou o emprego, fora do espaço rural, de muitos agricultores que, ainda hoje, continuam a viver nos espaços urbanos, uns com moradias fixas, outros morando de favor e ainda outros ficaram à margem da sociedade. Porém, dentro dessa realidade, parte dessa população voltou a seus respectivos espaços, pois perceberam mais vantagem na permanência no meio rural. Ainda há aqueles que, mesmo exercendo funções consideradas urbanas, moram nas unidades rurais, dando origem à pluriatividade. Isso acontece principalmente com os jovens, porque o espaço urbano continua sendo mais atrativo, pois desenvolve atividades diversificadas que, em sua composição, se resumem em prestação de serviços (advocacia, saúde, educação, comerciais, dentre outros) e no ramo empresarial (grandes e médios empreendedores), que possibilitam maior geração de renda e favorecem a demanda por mão de obra.

A gestão municipal desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois é responsável por planejar e organizar os espaços urbanos e rurais para adequar as diferentes necessidades da população. Ao garantir a oferta concentrada de serviços essenciais na área urbana, tais como assistência social, instituições bancárias, saúde e educação, as cidades se tornam polos de atração para a população rural.

O público alvo desta pesquisa são os moradores do espaço rural do município de Sapeaçu, localizado no Estado da Bahia, que desenvolvem a agricultura familiar e outras atividades em diferentes setores, com o objetivo de melhorar sua renda.

A pluriatividade caracteriza as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores da área rural no espaço urbano, que geram renda que serão utilizadas na unidade agrícola, complementando a renda da família ou dando subsídio à produção. De acordo com Schneider (2010) pluriatividade é o exercício combinado de atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento familiar.

Desse modo, os serviços e trabalhos realizados por moradores do espaço rural, bem como a constante busca por alternativas complementares à renda agrícola, podem gerar tanto o desinteresse quanto a dificuldade em continuar com as produções agrícolas. Isso pode levar à diminuição de trabalhadores na agricultura, pecuária e demais atividades agrárias, causando um desequilíbrio que pode gerar reflexos sociais, tais como a diminuição da comercialização de produtos primários produzidos no local.

Reforçando essa realidade, percebeu-se também que uma das causas da ausência do agricultor nas políticas de crédito e comercialização dos produtos agrícolas familiares, se deve à falta de informações e conhecimento sobre alguns programas de crédito, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição Agrícola (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), principais programas que facilitam a produção agrícola e o escoamento de produtos.

Este artigo objetiva analisar como as atuais atividades socioeconômicas realizadas pelos moradores da área rural de Sapeaçu, tanto na área rural quanto fora dela, contribuem para a geração de renda e para o desenvolvimento do município. Para isso, foram definidos objetivos específicos, como investigar a distribuição econômica a partir da análise de dados setoriais, visando compreender as dinâmicas produtivas; descrever a configuração econômica do município, considerando seus aspectos políticos e sociais e analisar a relação entre as atividades do agricultor familiar e os programas comerciais que incentivam a permanência rural.

Foram utilizadas as metodologias de revisão bibliográfica, levantamento de dados de campo sobre a produção agrícola do município, análise das políticas públicas comerciais específicas, PRONAF, PAA e PNAE, utilização do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de entrevistas com o secretário da Secretaria de Agricultura e com a responsável do sindicato de agricultores familiares de Sapeaçu.

A estrutura do artigo está planejada para direcionar à compreensão dos fatores que influenciam a vida e o trabalho no espaço rural. No primeiro item, *Distribuição econômica setorial em prol do Desenvolvimento*, o artigo apresenta conceitos e teorias, relatando a estratégia crescente entre agricultores familiares que diversificam suas fontes de renda, contribuindo para a geração de renda e para o desenvolvimento setorial rural. Em seguida, é abordada a *Configuração Econômica do Município*, apresentando um panorama das condições econômicas locais. Em *Agricultor Familiar e os Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário*, o foco recai sobre as políticas e as iniciativas que incentivam a continuidade da permanência no campo, auxiliando na estabilidade econômica e social dessas comunidades.

Por fim, nas *Considerações Finais*, foram apresentados e avaliados os resultados, indicando que a diversificação das fontes de renda, não só na execução dos programas institucionais, mas também nas associadas entre atividades urbanas e rurais, permite maior estabilidade econômica e reduz a vulnerabilidade dos agricultores.

1. DISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA SETORIAL E DESENVOLVIMENTO: Revisão teórica, conceitual e aplicabilidade

Observou-se, em países desenvolvidos, uma crescente necessidade da população em dedicar apenas uma parte da jornada de trabalho aos serviços de agricultura. Schneider (2009, p. 132) define que a pluriatividade passou por três etapas.

Esta primeira fase de trabalhos sobre dupla atividade dos agricultores circunscreveu-se a década de 1980, (...) Numa segunda etapa, as pesquisas incorporaram as noções de part-time farming e multiple-job holding, que já haviam sido utilizadas na Europa e em outros países desenvolvidos, para descrever as situações em que parcela crescente dos agricultores dedica apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas. (...) A terceira etapa, compreende o final da década de 1990 até o período atual, e caracteriza-se pelos estudos sobre pluriatividade na perspectiva que esta noção adquiriu a partir da definição de Fuller, que a entende como um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária.

Neste período, o autor afirma que as pesquisas sobre a pluriatividade vieram acompanhadas pelo debate sobre uma nova ruralidade. Foram colocadas em discussão alternativas para o desenvolvimento, criticada entre geógrafos e sociólogos, quando colocado em questão que a atividade agrícola, atualmente, se mantém como forma de complementação à renda familiar.

Foram discutidos temas como as relações rural versus urbano, identidade social e as representações sobre o rural, utilizando as categorias ruralidade e urbanidade, na qual inclui o espaço urbano no rural e o rural no urbano, com a perspectiva da criação e do pensamento através do outro, "relativo a um modo de vida que, para a sociedade urbana, é alternativo e

poderia servir de base para outro desenvolvimento, ambientalmente sustentável” (Biazzo, 2006, 133). Foi discutido também o conceito de pluriatividade, caracterizado pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro da agricultura familiar, e os impactos dessa prática na economia local.

No município de Sapeaçu, conforme indicado pelo secretário da Agricultura, muitos cooperados e associados utilizam a agricultura como uma fonte de renda secundária. Conseqüentemente, direcionando ao desenvolvimento local, que consiste no resultado de ações governamentais juntamente com o apoio da sociedade, seja para gerar novos empregos ou garantir os direitos da população. O desenvolvimento se dá devido ao processo de propor e fazer acontecer.

Para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e, em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem com isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local. (OLIVEIRA et al, 2014, p. 113).

Em sua pesquisa, Oliveira et. al (2014), traz a concepção do desenvolvimento local e a execução de políticas públicas no que diz respeito ao espaço rural e urbano, considerando que o processo ocasionado pelo investimento e prestação de serviços ao local, quando é bem planejado, sua execução gera o crescimento econômico no município ou local, afirmado também por Rodrigues e Garcia (2022), Costa (2023).

Segundo Silva e Lima (2025), O conceito de desenvolvimento rural extrapola a dimensão econômica convencional, sendo concebido como um processo integrado que envolve transformações sociais, ambientais e produtivas no meio rural. A articulação entre território e desenvolvimento rural manifesta-se por meio das normas jurídicas e dos instrumentos de regularização fundiária, os quais condicionam o acesso, o controle e o uso da terra. Tal abordagem reforça a compreensão do território como uma construção social dinâmica, resultante das interações entre fatores culturais, econômicos e sociais.

Para tanto, destaca-se a criação de diversos programas direcionados à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial rural, com o intuito de fortalecer o setor familiar rural brasileiro. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi um marco nesse processo, proporcionando acesso ao crédito e assistência técnica para os pequenos produtores, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado para o aumento da capacidade produtiva e a geração de emprego e renda no campo.

Foi denominada como pluriatividade a busca por atividades não agrícolas como complemento ou alternativa à renda das atividades agrícolas, sendo opção tanto para os produtores quanto para os seus filhos. O agricultor é colocado nessa situação devido à necessidade de obter maior renda para o sustento familiar, fora da unidade rural, quando a atividade agrícola não lhe garante o sustento necessário. Essa alternativa ajuda a evitar o êxodo rural e a melhorar a estabilidade econômica das famílias, uma vez que a renda obtida na atividade no espaço urbano pode ser utilizada na unidade agrícola familiar.

Para observar a dinâmica setorial produtiva, foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), para identificar o número de trabalhadores formal do município por setor. A análise abrangeu os últimos seis anos sobre o comportamento do emprego em Sapeaçu, considerando admissões, desligamentos e o saldo de empregos em diferentes setores da economia (Tabela 1), levando em conta os últimos censos populacionais do município.

Tabela 1 – Quantitativo de atividade econômica desenvolvida no município de Sapeaçu/Ba (2020 – 2025).

Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
Agropecuária	1.658	1.503	155
Indústria	1.660	988	672
Construção	92	119	-27
Comércio	723	591	132
Serviços	152	151	1

Fonte: CAGED, 2025.

Observamos que os dados sobre o emprego no município revelam que o setor industrial foi o principal responsável pela geração de empregos, com um saldo positivo de 672 postos de trabalho, resultado de 1.660 admissões e 988 desligamentos. O crescimento do emprego nesse setor, com um saldo positivo de 672 postos de trabalho, sugere que trabalhadores rurais podem estar complementando sua renda com atividades nesse setor, considerando que a população urbana, em números absolutos, é de 8.501 e a população rural 7.952 indivíduos, mostrando mínima diferença.

Outra observação relevante são os dados do setor agropecuário que, apesar de registrar um saldo positivo de 155 empregos, mostra alto número de desligamentos: 1.503, correspondendo a 90,7% das admissões (1.658). No município, a maioria da população com vínculo empregatício na agropecuária trabalha no cultivo do fumo, setor que contabilizou

1.552 admissões e 1.438 desligamentos, resultando em um saldo de 114 empregos no período (CAGED, 2025). Ainda de acordo com o CAGED, os lavradores de fumo representam aproximadamente 73,5% do total de trabalhadores formais no setor agropecuário, podendo ser um elemento estruturante na economia do município, permitindo que as famílias diversifiquem suas fontes de renda. Lembrando que o período dos dados apontados (Tabela 1), de 6 anos, inclui diversos acontecimentos macro e microeconômicos, entre eles a pandemia de 2018 a 2020, que ocasionaram mudanças nas atividades de geração de renda. Porém, em 2025 o saldo prevaiente de empregos, no município de Sapeaçu, mostra que o número de trabalhadores formais na agropecuária é, aproximadamente, 10% da população rural considerada economicamente ativa, o que pode estar mostrando uma incipiente pluriatividade no município.

Além disso, ressalta-se que os dados da Tabela 1 registram a quantidade de trabalhadores com carteira assinada. No entanto, sabe-se que, em cidades pequenas, a fiscalização sobre os empregados é limitada, e muitos trabalhadores atuam em setores sem qualquer tipo de registro formal o que impossibilita uma análise mais precisa. Esse cenário nos leva a pensar nas dificuldades enfrentadas nos serviços e trabalhos realizados pelos moradores, bem como à busca constante por alternativas complementares de renda.

2. CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

O município de Sapeaçu está situado no interior da Bahia, cerca de 163 km de distância de Salvador. A população residente do município é de 17.963 habitantes (IBGE, 2022). Segundo Silva (2022), o recorte regional para o Recôncavo é difícil de descrever devido aos significados simbólicos e históricos. Essa rede de cidades se estabeleceu através da sua função histórica, com conjunto de antigas vilas e povoados em benefício da capital Salvador. Pode-se observar, na Figura 1, o mapa do município de Sapeaçu em relação ao Recôncavo da Bahia.

Tabela 2 mostra que em 2010 havia maior população residente no espaço rural, em comparação no ano de 2010, e no ano de 2022, maior população no espaço urbano.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Sapeaçu, composto pelos setores da indústria, agropecuária, serviços e administração pública, tem a menor participação da indústria agropecuária, com baixo índice econômico, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto: Valor adicionado a preços correntes. Atividades econômicas no município de Sapeaçu, 2021.

Atividades econômicas	Valor	(x1000) R\$
Indústria	20.184,33	
Agropecuária	25.155,83	
Serviços	67.954,66	
Administração	88.095,72	

Fonte: IBGE, 2021. Elaborada pela autora.

Observa-se um maior investimento e retorno econômico na área da administração relativo à governança municipal e seus servidores. A administração pública tem um peso significativo no PIB de Sapeaçu, refletindo a dependência do município em relação aos recursos dos serviços públicos.

Em seguida, o investimento no setor de serviços, predominante no município, englobando comércio, transporte e atividades relacionadas ao turismo, ou seja, atividades culturais em períodos como a festa de São João e Carnaval. O setor de comércio e serviços é um pilar econômico importante, atendendo à população urbana e rural e gerando emprego, principalmente no comércio de alimentos, materiais de construção e vestuário. Além disso, a proximidade de cidades como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas favorece o comércio intermunicipal, dinamizando a economia local e estimulando o crescimento de pequenos negócios.

Sapeaçu tem forte presença agrícola, destacando-se a produção de mandioca, laranja e outros cultivos familiares, importantes para a economia local e regional. Além disso, o fator econômico pode interferir na dinâmica da atividade produtiva dos moradores do espaço rural, pois alguns não sobrevivem apenas de renda rural, tendo que optar por outros recursos e exercer funções fora desse espaço.

Nos últimos anos, iniciativas de apoio ao pequeno produtor e ao desenvolvimento têm contribuído para a diversificação e modernização das atividades econômicas do município, promovendo maior integração dos produtos agrícolas locais aos mercados regionais. Essas ações visam fortalecer a economia de Sapeaçu e melhorar a qualidade de vida dos seus moradores, especialmente os do meio rural.

O município conta com dois sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Sindicato da Agricultura Familiar (SAF), este último com 1.451 associados, oferecendo suporte essencial aos associados com a organização dos documentos para aposentadoria rural, auxílio maternidade e auxílio doença/acidente de trabalho. O sindicato do município é uma instituição privada e trabalha para além dos serviços municipais, com ganhos próprios, tendo o seu principal objetivo facilitar o recebimento de benefícios.

Em entrevista com a responsável pelo Sindicato da Agricultura Familiar (SAF), foi informado que, embora os agricultores não mencionem frequentemente a desmotivação em relação à produção, é possível observar que fatores como a variação de preços, o uso de roçadeiras e a dificuldade em encontrar produtos e mão de obra são desafios significativos para o processo produtivo. Essas dificuldades os levam a recorrer à ajuda da Secretaria de Agricultura do município.

Observa-se que, embora o foco principal do SAF seja o auxílio para a obtenção de benefícios do agricultor, poderia ser discutido se há espaço para ampliar ações que sejam voltadas ao fortalecimento da produção, como capacitações técnicas, incentivo ao cooperativismo ou suporte na comercialização, atividades pertinentes a um sindicato de agricultores.

3. AGRICULTOR FAMILIAR E OS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A agricultura é uma das principais atividades econômicas de Sapeaçu, que conta com aproximadamente 4.444 estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE. Grande parte da população do município reside no espaço rural, o que reforça a relevância da agricultura familiar para a economia local. Além de impulsionar a produção de alimentos destinados ao consumo interno, essa atividade desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e das tradições da região.

Dentre as culturas cultivadas, a da mandioca se destaca historicamente, gerando emprego e renda tanto para os agricultores quanto para aqueles envolvidos em sua transformação. Além disso, a pecuária de pequeno porte, com a criação de bovinos, suínos e aves, complementa a renda dos produtores, fortalecendo a economia local.

Além de sua importância econômica e cultural, a agricultura familiar se mantém essencialmente pelo envolvimento direto das famílias no processo produtivo. A Tabela 4 indica que a maioria dos agricultores que realizam o trabalho familiar possui laços de parentesco com o produtor. Esse dado ressalta a relevância da estrutura familiar na

manutenção da atividade agrícola, garantindo a continuidade da produção e a transmissão do conhecimento entre gerações.

Tabela 4 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no município de Sapeaçu, 2017.

Situação:	População
Com laço de parentesco com o produtor	3.233
Sem laço de parentesco com o produtor	905
Total	4.138

Fonte: IBGE, 2017. Adaptada pela autora.

Com o objetivo de explorar mais detalhadamente a realidade da agricultura familiar em Sapeaçu, foi realizada uma entrevista com o secretário de Agricultura do município. A entrevista, guiada por um questionário com seis perguntas, tencionou entender melhor a relação entre as atividades dos agricultores familiares e os programas de permanência rural.

Quando questionado sobre a implementação do PRONAF no município de Sapeaçu, o entrevistado revelou que o programa foi iniciado no município desde sua criação. Ele destacou que, como técnico da EBDÁ e agrônomo, acompanhou o PRONAF desde o início, pois sempre foi uma prioridade para a agricultura familiar no município.

A resposta do entrevistado reforça a importância de profissionais com conhecimento em agricultura familiar e desenvolvimento rural para direcionar programas e políticas. Sua experiência e conhecimento permitiram que o município obtivesse recursos disponíveis desde o início da implementação do PRONAF, demonstrando a relevância de ter pessoas capacitadas na área rural para garantir o sucesso de iniciativas como essa.

A entrevista revelou a existência de iniciativas fundamentais para o fortalecimento da produção agrícola local, que incentivam a permanência rural como cooperativas e associações. Um exemplo significativo é a Cooperativa das Mulheres Agricultoras Familiares de Sapeaçu (COOPEMAFS), situada na comunidade de Canabrava, que nasceu a partir do programa Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER para Mulheres), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2010 e pela Secretaria Municipal de Agricultura de Sapeaçu, com o objetivo de promover a autonomia financeira das mulheres agricultoras familiares. A organização em cooperativa permite que essas mulheres tenham acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Além da COOPEMAFS, o secretário mencionou que outras associações também desempenham um papel importante na organização e apoio desses participantes. Entre essas associações, destacam-se a Associação de Canabrava, reconhecida pela produção de biscoito

de goma; as associações de Macaúbas e Quiamba, responsáveis pela fábrica de polpas; e a Associação de Tapera, que se destaca na suinocultura.

Em um outro ponto da entrevista, o secretário destacou os programas que beneficiam diretamente os produtores. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) oferece créditos facilitados, permitindo que os agricultores adquiram equipamentos, insumos e implementos para aprimorar sua produção. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destina produtos alimentícios para a alimentação escolar, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado em 2004, promove a compra de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de apoiar e incentivar o setor, fortalecendo a economia rural e contribuindo para a segurança alimentar do município. Ambos os programas são direcionados aos agricultores familiares cadastrados no Pronaf e garantem o escoamento da produção local.

Como exemplo de reflexo local, o secretário mencionou iniciativas como o Agrovida, que reúne a produção de 90 agricultores, e o Proterra, que atua na assistência técnica e extensão rural (ATER), com a participação de 70 produtores, correspondendo a 1,69% dos agricultores familiares da região.

Os dados sobre a participação dos agricultores familiares de Sapeaçu no PAA, entre 2017 e 2023, mostram a existência de uma tendência de redução no número de fornecedores, passando de 25 em 2017 para 15 em 2023 (Tabela 5).

Tabela 5 - Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) no município de Sapeaçu.

Referência	Agricultores familiares fornecedores do PAA	Sexo masculino	Sexo feminino	Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares
2017	25	6	19	140.626,6
2018	20	7	13	109.089,25
2019	17	7	10	79.301,7
2020	21	9	12	94.940,60
2021	17	8	9	73.004,20
2022	-	8	7	0
2023	15	0	15	140.665,58

Fonte: MDS/SAGICAD. Elaborado pela autora 2025.

Essa diminuição pode estar relacionada a dificuldades por parte dos agricultores na atualização do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), podendo ser justificada pela falta de incentivos, assistência técnica ou desafios na produção agrícola.

No que se refere aos recursos financeiros pagos, observa-se uma variação significativa. O maior valor registrado foi em 2017, com R\$ 140.626,60, enquanto entre 2018 e 2021 houve uma redução progressiva, atingindo o menor valor em 2021, com R\$ 73.004,20. Observamos que em 2021 foi um período atípico, devido a pandemia do COVID19, podendo justificar os dados em 2022, onde não houve registro de pagamento, indicando a suspensão do programa no município. Em 2023, o montante voltou a crescer expressivamente para R\$ 140.665,58, apesar do menor número de agricultores participantes, o que indica um maior volume fornecido por cada agricultor.

O cenário geral aponta para desafios na manutenção da participação dos agricultores familiares no programa, o que nos permite constatar a oscilação no número de contratos anualmente. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), há 4.138 agricultores familiares ocupando estabelecimentos agropecuários no município, para tanto, com a média de agricultores participantes do programa PAA representa uma porcentagem menor de 0,6% desse total.

Embora o programa PAA tenha demonstrado alguns resultados positivos, o cenário geral revela desafios significativos na manutenção da participação dos agricultores familiares. A oscilação no número de contratos anualmente é um indicador preocupante, sugerindo que o programa ainda não conseguiu estabelecer uma base sólida de participação. Além disso, os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostram que apenas uma fração mínima dos agricultores familiares do município participa do programa. Isso levanta questões sobre a eficácia do programa em alcançar e beneficiar os agricultores familiares, que são o público-alvo principal.

De forma complementar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado originalmente na década de 1950 e regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, também desempenha papel fundamental ao assegurar a alimentação adequada nas escolas públicas, priorizando a aquisição de alimentos da agricultura familiar, destinando 30% dos recursos do FNDE para esse fim. Dessa forma, essas políticas públicas se interligam, promovendo o desenvolvimento sustentável do meio rural e a inclusão produtiva dos agricultores familiares.

A Prefeitura Municipal de Sapeçu recebeu como recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 2018, R\$ 344.458,80 e utilizou R\$ 198.790,40 na aquisição de produtos da agricultura familiar, o que corresponde a um percentual de 57,71%. Esse percentual indica um avanço na participação da agricultura familiar na destinação dos recursos, em contraposição ao valor recebido pelo município em 2022, de

R\$ 670.346,00 e destinou R\$ 174.531,71 para a compra de produtos da agricultura familiar, representando 26,04%. A Tabela 6 mostra o valor total transferido, o montante utilizado especificamente para aquisições da agricultura familiar e o percentual correspondente.

Tabela 6 - Dados do PNAE 2022 no município de Sapeaçu/BA

ANO	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
2018	R\$ 344.458,80	R\$ 198.790,40	57,71%
2022	R\$ 670.346,00	R\$ 174.531,71	26,04%

Fonte: FNDE, 2022. Adaptado pela autora.

Embora o aumento no valor total recebido em 2022 seja um indicativo de maior apoio ao município, é preocupante a queda no percentual de recursos destinados à compra de produtos da agricultura familiar. A redução de 57,71% em 2018 para 26,04% em 2022 pode refletir desafios na articulação entre a gestão pública e os produtores locais. Além disso, isso não está alinhado com a regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que orienta a destinação de pelo menos 30% dos recursos para a compra de produtos da agricultura familiar ¹.

Isso destaca a necessidade de ações institucionais mais eficazes para fortalecer a inclusão produtiva e garantir que os recursos do PNAE sejam plenamente aproveitados, beneficiando os agricultores familiares e promovendo a economia local. É fundamental que haja uma maior articulação entre a gestão pública e os produtores locais para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade socioeconômica dos agricultores familiares de Sapeaçu reflete uma tendência também observada em diversas regiões rurais do Brasil, onde a busca por atividades complementares à renda agrícola se tornou uma estratégia essencial para garantir a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida.

Diante do exposto, considera-se que a pluriatividade é uma estratégia essencial para a economia das famílias rurais, pois possibilita a diversificação da renda e reduz a vulnerabilidade econômica. No município de Sapeaçu, a análise das informações indica que muitos trabalhadores rurais complementam sua renda com atividades não agrícolas, evidenciando a interdependência entre os espaços rural e urbano. Essa dinâmica ressalta a necessidade de políticas públicas que fortaleçam tanto a agricultura familiar quanto a

ampliação das oportunidades de emprego em setores urbanos próximos, promovendo uma maior integração entre esses espaços e melhorando a qualidade de vida das famílias rurais. Portanto, é fundamental impulsionar a agricultura familiar e a produção local, ampliar as oportunidades de emprego em setores urbanos próximos e promover a integração entre os espaços rural e urbano.

As iniciativas de apoio ao pequeno produtor e ao desenvolvimento têm contribuído para a diversificação e modernização das atividades econômicas do município. No entanto, é fundamental que sejam desenvolvidas mais ações institucionais para fortalecer a economia de Sapeçu e melhorar a qualidade de vida dos seus moradores.

O papel dos sindicatos, como o Sindicato da Agricultura Familiar (SAF), é fundamental para apoiar os agricultores familiares e promover o desenvolvimento no município. No entanto, é necessário que sejam discutidas estratégias para ampliar as ações do sindicato, incluindo capacitações técnicas, incentivo ao cooperativismo e suporte na comercialização. A atuação da (SAF) também tem sido importante para garantir o acesso dos agricultores aos benefícios previdenciários, oferecendo suporte direto a um número significativo de famílias. No entanto, fatores como a dependência de maquinários, a oscilação de preços e a dificuldade de acesso ao crédito rural, devido à falta de informações, ainda representam desafios à continuidade das atividades agrícolas.

A agricultura familiar é uma atividade econômica fundamental para o município de Sapeçu, no entanto, os dados mostram que apenas uma fração mínima dos agricultores familiares do município participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Isso levanta questões sobre o alcance desses programas que objetivam beneficiar a maioria dos agricultores familiares.

A atuação da Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com instituições financeiras como Banco do Nordeste, Banco do Brasil e SICOOB, tem sido essencial para viabilizar o financiamento e a assistência técnica aos agricultores, fortalecendo a produção por meio de iniciativas como os programas Agrovida e Proterra. Apesar desses avanços, desafios ainda persistem, como a necessidade de ampliar o alcance das políticas públicas, fortalecer as associações e cooperativas, e facilitar o acesso às informações sobre editais e programas disponíveis.

Diante desse contexto, torna-se essencial a implementação de políticas públicas de acesso mais ajustado, que reconheçam especificidades e ofereçam suporte adequado para que os agricultores possam permanecer no campo, sem comprometer sua segurança econômica. A ampliação do acesso ao crédito rural, a capacitação técnica, a regularização fundiária e o fortalecimento das associações locais são medidas fundamentais para garantir a eficácia da

agricultura familiar e seu papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico do município.

Assim, considera-se que, embora a pluriatividade represente uma solução viável para complementar a renda agrícola e evitar o êxodo rural, é necessário um olhar atento por parte dos gestores públicos para assegurar que essa estratégia não comprometa a identidade rural nem enfraqueça a produção agropecuária. A continuidade do apoio técnico e financeiro, aliado à integração com áreas urbanas podem ser possibilidades positivas para garantir um futuro sustentável para as comunidades rurais de Sapeaçu.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. N. dos. **Êxodo rural em Bituruna, identidade e território: desafios e possibilidades**. Universidade Federal do Paraná, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/54362>. Acesso em: 01 maio 2025.
- BIAZZO, P. P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. Anais do 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa- ENGRUP, São Paulo, 2006p. 132-150.
- COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos. **Biringinga, cidade pequena no Nordeste da Bahia: dimensão populacional, rede urbana e relação campo-cidade**. Revista Cerrados, Montes Claros – MG, v. 23, n. 01, p. 29-58, jan./jun. 2025. DOI: 10.46551/rc24482692202502. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados> . Acesso em: 01 maio de 2025.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sapeacu/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/dados-agricultura-familiar-planilhas/Planilha2022_04_3_24.xlsx/view. Acesso em: 26 mar. 2025.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Políticas públicas para o desenvolvimento rural. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politicaspUBLICAS>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atlas da Agricultura Familiar no Brasil. Resolução BCB Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=221> Acesso em 03/10/2024.
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MOURA, Linda Maria Chaves; CARNEIRO, Hugo Walter Simão; CARNEIRO, Hudson Walker Simão; VIRGINIO, Kamila Matias. **A desterritorialização presente no êxodo rural: o impacto psicossocial da urbanização nos sujeitos**. In: Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI), 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/conpecs2024/860256-a-desterritorializacao-presente-no-exodo-rural--o-impacto-psicossocial-da-urbanizacao-nos-sujeitos/>. Acesso em: 01 maio 2025.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de.; SILVA, Christian Luiz da.; LOVATO, Ederson Luiz. **Desenvolvimento Local: Conceitos E Metodologias - Políticas Públicas De Desenvolvimento Rural E Urbano**. in SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. Revista Orbis Latina, vol.4, nº1, janeiro/dezembro de 2014. ISSN 2237-6976. Disponível em: [Desenvolvimento local: conceitos e metodologias - políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano | REVISTA ORBIS LATINA - ISSN: 2237-6976](#) Acesso em: 05/04/2024.

Panorama do Censo 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RODRIGUES, Jorge Ivan Costa; GARCIA, Giselle Meirelles. **Considerações e perspectivas sobre o desenvolvimento rural no Brasil no século XXI**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 17, n. 63, p. 7–41, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/65651>. Acesso em: 17 maio 2025.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Publicada em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25641/1/Simone_Soares_Batista_Jesus_Dissertacao_Final.pdf. Acesso em: 16 de Junho 2024

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010 Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/879>. Acesso em: 23 de Agosto 2025.

SILVA, Felipe Tavares da; LIMA, Edson Aparecido da. **A interdependência entre desenvolvimento rural, organização territorial e regularização fundiária**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 20, n. 75, p. 264–299, 2025. <Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/76223>.> Acesso em: 17 maio 2025.

SILVA, Luís Cláudio Requião da. **Paisagem cultural do Recôncavo Baiano: Uma narrativa espacial regional a partir da análise do patrimônio urbano**. 272 p., 297 mm, UnB-CDS, Doutor, Gestão Ambiental e Territorial, 2022.

